



**CURTA DURAÇÃO:  
DIREITO E RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

**1º SEMESTRE DE 2022**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
LATO SENSU (FGV LAW)**

## Apresentação

A área de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) está em ebulição. Empresas globais que se instalam no Brasil possuem áreas de *policy* ou de *public affairs* consolidadas ou em franca expansão; empresas brasileiras avançam na estruturação de seus departamentos de Relações Governamentais (RelGov); escritórios de advocacia apostam cada vez mais em áreas especializadas em assuntos governamentais.

Interdisciplinar, a área de RelGov tem relação intrínseca com o Direito: constrói e é construída por elementos essencialmente jurídicos. De um lado, está em seu cerne o conhecimento profundo da máquina governamental e das competências de cada ator nas diferentes arenas, bem como a atuação direta e indireta com vistas a legitimamente influenciar decisões públicas – em especial decisões legislativas e regulatórias. De outro, estão na lei – ou em suas lacunas – os elementos que condicionam a atividade e que lhes garantem a necessária idoneidade. Empresas buscam com cada vez mais frequência assessoria para a definição de parâmetros que lhes permitam atuação segura frente a agentes e autoridades públicas.

O objetivo do presente curso é apresentar e desenvolver os aspectos jurídico-políticos que cercam a atividade de relações institucionais e governamentais. Pressupõe que o profissional do direito terá espaço cada vez mais amplo na área de RIG – na atuação direta, na definição de táticas e estratégias, na avaliação de riscos, na definição de regras de conduta seguras às empresas, na apuração de eventuais irregularidades. Os conhecimentos da área de RIG são ainda relevantes à atividade negocial do profissional do Direito frente ao Estado.

No conteúdo, o curso parte de conceitos básicos inerentes à atividade de relações institucionais e governamentais – *lobby, advocacy*, atores, arenas, processos decisórios, construção de cenários, desenhos de atuação. Depois, avalia a dinâmica contemporânea do Estado brasileiro, enveredando pelo funcionamento efetivo dos Poderes Executivo e Legislativo e, em especial, por seus processos de produção normativa. O objetivo é compreender o processo decisório e identificar possibilidades de participação privada em debates públicos.

Sob a ótica de ferramentas, almeja desenvolver habilidades relacionadas à compreensão de elementos conjunturais que incidem sobre dinâmicas decisórias do poder público, bem como à atuação em tais contextos, como mapeamento de atores e processos.



## Público-alvo

O curso é voltado para profissionais recém-formados(as) e/ou com interesse em departamentos de *policy* e de relações institucionais e governamentais de empresas, bem como a interessados(as) em áreas de assuntos institucionais e governamentais de escritórios de médio e grande porte no país. Não é necessária experiência prévia.



## Metodologia

O FGV LAW enfatiza o uso de metodologias participativas de ensino, que colocam o(a) aluno(a) no centro do processo de aprendizagem. Para tanto, o curso é estruturado a partir de aulas expositivas dialogadas, debates e exercícios em sala de aula.



## Realização

**Carga horária:** 32 horas-aula

**Duração:** 2 meses

**Data de início:** 06/04/2022

**Dias da semana:** quartas-feiras

**Horário:** das 19h às 22h40

**Modalidade de oferta:** Ambiente Virtual  
(aulas integralmente ao vivo)

**Importante:** se necessário, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu (FGV LAW), poderá alterar o calendário original do curso.

Reposições de aula (estipuladas pela Instituição), monitorias acadêmicas ou quaisquer outros eventos relacionados ao curso poderão ser agendados às sextas-feiras, no horário noturno.

Os cursos em ambiente virtual serão ministrados em uma plataforma utilizada pela FGV desde 2016 e largamente em âmbito corporativo e acadêmico em diversos países, capaz de oferecer uma experiência de ensino dinâmica mesmo sem a proximidade física entre docente e turma. As aulas são ao vivo e a plataforma traz ferramentas modernas de colaboração como salas simultâneas para aplicação de dinâmicas, enquetes, bate papo, compartilhamento de conteúdo em tela, entre outras funcionalidades que além de humanizarem a comunicação em um ambiente virtual, permitem aos(às) docentes o uso de metodologias participativas,

que possibilitam que os(as) alunos(as) participem ativamente, debatendo questões relevantes e aliando conhecimento teórico com o desenvolvimento de habilidades.

---

## Programa do Curso

- Relações Institucionais e Governamentais (RIG)
  - Conceitos básicos e fundamentos
    - *Lobby, advocacy e public policies*
    - Atores, arenas, interesses, processos decisórios, cenários
  - Elementos não jurídicos: estratégia de negócios, elementos econômicos, mídia, coalizões
  - Elementos jurídicos: decisão, ato normativo, limites à atuação
  - Cenários, estratégias e táticas de atuação
- Compreensão do Funcionamento do Estado Brasileiro contemporâneo:
  - Histórico contemporâneo e desenho institucional
  - Ciclo de políticas-públicas, ciclo legislativo, política legislativo-regulatória
  - Funcionamento efetivo e relações contemporâneas entre Executivo, Legislativo e Judiciário;
  - Desafios do presidencialismo de coalizão e à sua compreensão atual
- Direito e Relações governamentais: base e limites
  - Base constitucional: o lobby como elemento necessário e inerente a democracias constitucionais
  - Regulamentação do lobby: EUA, Chile, Brasil
  - Legislação brasileira: relações entre agentes públicos e privados
  - RIG e *compliance*: comportamento íntegro, segurança ao agente, segurança ao cliente
- Direito e Relações Governamentais: atuação
  - Relacionamento com cliente
  - Atuação perante o poder público: preparação para antes, durante e depois do contato
  - Desenhos de cenários e avaliação de riscos
  - Coalizões: *advocacy, grassroots advocacy*, atuação em rede e pela rede
  - Construindo regras para empresas e escritórios
  - Em busca da atuação segura e efetiva

## ☆☆☆ Avaliação

A média para aprovação em cada uma das disciplinas do curso é de 7 (escala de 0-10), sendo 40% equivalente a atividades realizadas ao longo das aulas (exercícios, participação oral etc.) e 60% referente a nota obtida na avaliação final da disciplina (prova ou trabalho, conforme determinação da Escola). A aprovação também depende da presença mínima em 75% das aulas.

Os critérios de avaliação se aplicam a todas as disciplinas do curso.

## Corpo Docente

O corpo docente é formado por profissionais altamente qualificados, titulados e com rica experiência no mercado jurídico. O FGV LAW conta com professores(as) inspiradores(as) que aliam experiência acadêmica com atuação profissional especializada, trazendo para a sala de aula a realidade do mercado.

Para conhecer nosso corpo docente [clique aqui](#)

## Investimento

PERÍODO DE MATRÍCULA	VALOR TOTAL DO CURSO À VISTA COM DESCONTO	VALOR DA PARCELA 1+1 VEZES
A partir de 13/10/2021	R\$ 3.996,47	R\$ 2.013,11

- Em caso de opção pelo pagamento parcelado, o vencimento da primeira parcela será no ato da matrícula e a seguinte para 10 de março de 2022, independentemente da data da matrícula.

---

## Processo Seletivo

O ingresso é realizado por meio de aprovação no Processo Seletivo, observados os procedimentos, condições, regras e critérios descritos no [Edital](#). O presente Processo Seletivo tem validade para o primeiro semestre letivo de 2022, não havendo reserva de vaga para semestres posteriores.

## DIREITO E RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

### Período de Inscrições:

De **04/10/2021 a 18/02/2022**

pelo site [fgv.br/direitosp](http://fgv.br/direitosp)

### Importante:

O Processo Seletivo é contínuo. Por essa razão, os cursos poderão ter suas inscrições encerradas antes do período previsto caso sejam preenchidas todas as vagas disponíveis.

**Atenção:** Os(as) interessados(as) deverão realizar sua inscrição, sem qualquer ônus financeiro, exclusivamente pela internet. É obrigatório o preenchimento de todos os campos solicitados na ficha de inscrição e a inserção de arquivo digital com o Curriculum Vitae do candidato. Certifique-se que o currículo anexado esteja atualizado, inclusive com o detalhamento das atividades profissionais desempenhadas. Essas informações serão confrontadas com o público-alvo, os pré-requisitos (quando houver) e os objetivos do curso preterido. Currículos extraídos da plataforma Lattes não serão considerados. Serão avaliados, conjuntamente, (i) a formação acadêmica, (ii) a experiência profissional e (iii) a correlação entre os objetivos do curso pretendido e a trajetória profissional do(a) candidato(a).

**Seleção dos(as) Candidatos(as):** O processo seletivo está estruturado em uma etapa: (i) análise curricular.



(\*) A aprovação no processo seletivo não garante vaga. A matrícula será confirmada após entrega de todos os documentos solicitados e efetivação do pagamento da primeira parcela do plano de pagamento ou ainda do curso à vista, conforme opção feita pelo(a) candidato(a) no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, em cumprimento das exigências do edital publicado.

## DIREITO E RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

**Resultado:** A divulgação do resultado será feita via comunicação eletrônica (e-mail) em até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil seguinte da realização da inscrição. É responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) manter seus dados de contatos atualizados, acompanhar a divulgação dos resultados, averiguar sua eventual aprovação e conseqüente convocação para a matrícula.

Não haverá divulgação do desempenho dos(as) candidatos(as), nem sua classificação relativa, apenas a informação quanto à aprovação ou não. O resultado no processo seletivo não é passível de recursos.

---

### Mais Informações:

Editais do Processo Seletivo 2022/1: [acesse aqui](#)

E-mail: [fgvlaw@fgv.br](mailto:fgvlaw@fgv.br)

Atendimento por videochamada (cf. disponibilidade da equipe): [agende aqui](#)